3

O processo identitário

Neste capítulo é vista a arquitetura teórica que fundamenta a análise e discussão dos dados gerados nesta pesquisa. Partindo de orientações do socioconstrucionismo apresento, primeiramente, o conceito de identidade que, neste trabalho, é entendida como sendo (co)construída em nível discursivo, negociada na interação (Bhabha, 1994; Bucholtz e Hall, 2003, 2005; Moita Lopes, 2002, 2003). Também são abordados os pressupostos de teorias da Sociologia no que tange ao estudo das identidades na contemporaneidade (Bauman, 2005; Giddens, 1999, 2002; Hall, 2005). Finalmente, uma vez que a geração de dados ocorre em um “evento de fala” (Mishler, 1986), considero os seguintes conceitos da sociolinguística interacional neste estudo sobre a construção identitária: enquadre ou *frame* (Goffman, 1974), esquemas de conhecimento (Tannen e Wallerstein, [1987] 2002), alinhamento ou *footing* (Goffman, [1979] 2002) e *face* (Goffman, [1967] 2011).

3.1.

O conceito de identidade

Para entendermos o processo de construção de identidades é preciso considerar a dinâmica entre linguagem e sociedade. As identidades têm sua origem em processos históricos e sociais, sendo sua condição contextual resultado de formas estruturais e de organizações sociais específicas (Hall, 2005; Bauman, 2005). Nossas ações linguísticas nesses contextos sociais nos fornecem acesso aos significados e sentidos que atribuímos ao mundo. Dessa forma, práticas discursivas, mundo social e questões identitárias encontram-se entrelaçados.

3.1.1.

Identidades fragmentadas, múltiplas e contraditórias

Alguns autores localizam o interesse pela questão da identidade no caráter da mudança na modernidade tardia caracterizada por diferentes visões e antagonismos sociais (Bauman, 2005; Giddens, 1999, 2002; Hall, 2005). Para mostrar como o conceito de identidade sofreu alterações, Hall (2005, p. 10-11)

distingue três concepções de identidade: a do **sujeito iluminista**, a do **sujeito sociológico** e a do **sujeito pós-moderno**. A primeira, a do sujeito iluminista, baseava-se na visão de indivíduo centrado e unificado cujo “centro” consistia em um núcleo interior, que emergia quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que essencialmente permanecesse o mesmo. No sujeito sociológico, esse núcleo interior não era autônomo, mas formado na relação com outras pessoas que mediavam a cultura dos mundos que esse sujeito habitava. O sujeito sociológico projetava a si próprio nessas identidades culturais ao mesmo tempo em que internaliza seus significados e valores. No entanto, o sujeito pós-moderno encontra-se fragmentado, composto de várias identidades (Giddens, 1999, 2002; Hall, 2005). Esse sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades não unificadas ao redor de um “eu” coerente. Tal fenômeno desencadeia o colapso da concepção de sujeito uno e justifica o fenômeno das identidades fragmentadas, múltiplas e contraditórias. Conforme indica Hall (2005, p. 13),

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções de tal modo que nossas diferentes identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”.

Os caminhos das pesquisas sobre as identidades fragmentadas, múltiplas e contraditórias cruzam-se com os caminhos de outros estudos que complementam essa imagem identitária do sujeito pós-moderno. Dentre tais estudos, encontra-se a questão da **“performance” identitária** investigada por Erickson (1966), Schiffrin (1993,1996) e Ochs (1992, 1993). Partindo dos trabalhos desses autores, Bastos e Oliveira (2006, p. 189) definem a construção identitária como um ato performativo, que realiza-se quando as pessoas expõem quem elas são a cada momento em interações sociais específicas. Essa concepção assinala o aspecto interacional e discursivo onde as identidades emergem. As autoras (op. cit., p. 189) também apontam para o fato de que a constituição de identidades é um processo negociado de exposição e de interpretação de posições sociais, afiliações, papéis, *status* e outras categorias sociais. A premissa da construção identitária como um ato performativo revela-se neste trabalho em diferentes

momentos, porém de forma mais explícita, através do discurso da professora coordenadora de inglês, especialmente em seus momentos narrativos, quando ela anima a sua própria voz e a voz de outros personagens do mundo da narrativa para encenar seus atos de construção identitária (cf. cap. 6, subseção 6.2.2.2, p. 128 e subseção 6.2.2.3, p. 133).

Os estudos de Moita Lopes (2003) coadunam-se com a concepção de identidades trazida pelos autores referenciados (op. cit., 1966; 1993,1996; 1992, 1993; 2006), pois sua explicação para a questão das identidades múltiplas encontra-se mais especificamente no discurso. De acordo com Moita Lopes (2003, p. 20), a identidade é um construto de natureza social, construída em práticas discursivas, e que não está relacionada a uma visão de identidade como parte da natureza da pessoa, ou seja, com “a identidade pessoal, nem com sua essência nem com um si-mesmo unitário”. O autor (op. cit., 2003) defende a ideia de que a identidade é construída no discurso e que somos membro de muitos discursos, sendo que cada discurso representa uma de nossas múltiplas identidades.

A visão da construção de identidades como um fenômeno de natureza social emergente no discurso é discutida na próxima subseção.

3.1.2.

Identidade: fenômeno sociocultural discursivo

Moita Lopes (2003, p. 19) propõe que a temática da questão identitária está relacionada ao conceito de linguagem como discurso, isto é, “uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico”. O autor observa que todo discurso origina-se de alguém cujas marcas identitárias o localizam na vida social e o posicionam no discurso de modo singular assim como seus interlocutores. Em outras palavras, podemos afirmar que a pessoa ou suas identidades sociais são definidas “nos e pelos discursos que a envolvem ou nos quais a pessoa circula” (op.cit., p. 20). Assim, as identidades não estão prontas e fixas, elas são um construto de natureza social formadas em práticas discursivas. Tal proposta encontra respaldo na visão de Bhabha (1994, p. 51), que considera a identidade como um produto não acabado.

Se a identidade é um produto não acabado, o tipo de pessoa que somos encontra-se, dessa maneira, em permanente estado de fluidez e mudança. Por esse

viés, Hall (1996, p. 4 *apud* Moita Lopes, 2001, p. 61) entende a construção identitária como um processo de transformação, que relaciona-se com “**tornar-se**” ao invés de “**ser**”. Portanto, o processo identitário pode estar representado no desenvolvimento das nossas histórias de vida que são constantemente editadas e (re)elaboradas no discurso. Esse processo de transformação será visto, entre outros momentos, no discurso de um dos professores participantes desta pesquisa ao abordar, através da narrativa, a temática do desligamento da função de coordenador, justificando o tipo de profissional no qual tornou-se (cf. cap. 6, subseção 6.4.1, p. 150). Portanto, de certa forma, a constituição de quem podemos nos tornar ao nos envolvermos em práticas discursivas está associada às histórias que contamos e à narrativização do “eu” (cf. cap. 4, seção 4.1, p. 46).

Nessa visão socioconstrucionista, conhecida na sociologia e na psicologia social, aprendemos a ser quem somos nas práticas discursivas em que nos engajamos com outros “e que têm, portanto, uma base sócio-histórica e cultural” (Moita Lopes, 2003, p. 25). Com base em suas marcas sócio-históricas, as pessoas (re)constróem suas identidades na interação “ao agirem uns em relação aos outros via linguagem” (op. cit., p. 25). A identidade do professor coordenador de inglês também é situada em contextos sócio-históricos e culturais.

Penso que a construção identitária do professor coordenador possa ser entendida como um processo social marcado por aspectos relacionados à sua história de vida pessoal, a suas atribuições e rotina nos espaços educacionais, à história da educação, aos discursos que circulam no contexto sociocultural sobre esse profissional e às constantes transformações na sociedade que geram mudanças e exigem novas posturas. Em alinhamento com esse pensamento, Sarup (1996, p. 48 *apud* Moita Lopes, 2002, p. 59) assinala que “a identidade é, de certo modo, um efeito da socialização institucional”. Tal pressuposto destaca a importância que as instituições (trabalho, escola, entre outras) apresentam na construção de identidades, contribuindo para legitimá-las ou descredenciá-las, conforme poderá ser constatado neste trabalho através do discurso dos representantes de tais instituições (cf. cap. 6, subseção 6.2.3.1, p. 141 e subseção 6.2.3.2, p. 145).

Neste estudo, também entendo a identidade como a organização dinâmica de (sub)identidades que podem alinhar-se ou entrar em conflito (Mishler, 1999, p.8), sendo tal organização um processo contínuo, construído em práticas

discursivas (Bhabha, 1994; Giddens, 1999, 2002; Moita Lopes, 2001, 2003). Portanto, partindo do princípio de que a identidade do professor coordenador de inglês pode ser pensada não como um dado adquirido, uma propriedade ou um produto acabado, mas como um processo, assumo que essa dinâmica é *locus* de construção de maneiras de “**ser**” e de “**estar**” na profissão (Nóvoa, 2000). O modo como cada coordenador vê suas identidades é um processo que se refaz continuamente nos espaços educacionais (e fora deles), produzindo um profissional pós-moderno com identidades múltiplas e fragmentadas que estão em constante transformação (Giddens, 1999, 2002; Hall, 2005), ou segundo Mishler (op. cit., p. 8), em “*formação*”. Por isso, a construção identitária do professor coordenador também exige uma reflexão contínua. Afinal,

A identidade profissional constitui um dos aspectos complementares importantes que fazem a identidade total do indivíduo. Alguns a consideram como uma sub-identidade ou identidade parcial. Isso depende da importância e lugar que essa atividade ocupa na vida do indivíduo, da continuidade com que é exercida e do quanto se sente comprometido com ela. (Grinberg e Grinberg, 1997, p.149 *apud* Franco, 2006, p. 43-44).

A questão da identidade profissional do professor coordenador nos leva a considerar um outro construto de natureza social: as relações de poder. Ocupamos posições hierarquicamente diferentes na vida social e no exercício do poder, o que, por conseguinte, nos posiciona de forma assimétrica nas interações. A visão socioconstrucionista e interacionista do discurso sugere que “*não estamos meramente posicionados, de forma passiva, mas somos capazes também de atuar como agentes*” (Fairclough, 1992, p. 61 *apud* Moita Lopes, 2001, p. 59), revertendo os processos discursivos que constroem nossas identidades sociais e possibilitando construí-las em outras bases (Moita Lopes, 2001, p.59). Nesta pesquisa, essa relação entre construção identitária e poder é importante na investigação de como o professor coordenador se vê (cf. cap. 6, subseção 6.2.2, p. 126) e é visto (cf. cap. 6, subseção 6.2.1, p. 117 e subseção 6.2.3 p. 141) quanto à sua posição hierárquica e à sua prática diária.

Outra contribuição para a reflexão sobre o processo identitário é a marca da diferença, ou seja, “*a identidade elabora-se em oposição ao que não se é, constrói-se por meio da diferença, não fora dela*” (Moreira e Cunha, 2011, p. 264). Nossas identidades são contruídas discursivamente durante a interação com o

outro, “à luz do que o outro significa para nós” (Moita Lopes, 2002, p. 32). Por isso, ao tratarmos de identidade, precisamos entender que o nosso “eu” não é autônomo e autosuficiente, ao contrário, sua formação ocorre a partir da relação com o outro. Nas palavras de Giddens (2003, p. 149), “a constituição do ‘eu’ só ocorre mediante o ‘discurso do Outro’”. Woodward (2000, p. 9) reafirma essa concepção ao indicar que a identidade é relacional e social, isto é, depende do outro e se constitui por meio de processos de inclusão e exclusão a partir das diferenças percebidas, que são marcas sociais. Consequentemente, a inclusão em um determinado grupo, por exemplo, traz em si a exclusão daqueles que não fazem parte desse grupo. Nesse viés, Sarangi e Roberts (1999), em seus estudos sobre a construção de identidades em locais de trabalho, sugerem que os discursos são construídos de forma a legitimar alegações de pertencimento a determinado grupo. Contudo, como lembra Bauman (2005), o “pertencimento” e a “identidade” não possuem a “solidez de uma rocha”, conforme será discutido no capítulo 6 deste trabalho (cf. subseção 6.5.1, p. 154).

Os pressupostos teóricos de Bucholtz e Hall (2003, 2005) também alinham-se a abordagens interacionistas e socioculturais em relação à construção de identidades. Para as autoras, as identidades emergem e circulam nos locais e no contexto do discurso, sendo moldadas de momento a momento durante a interação. Bucholtz e Hall (2003, 2005) postulam que a questão identitária envolve componentes macro, relacionados aos processos culturais de “categorias” mais amplas; e aspectos micro, pertinentes aos papéis e orientações temporárias assumidas pelos participantes da interação. As pesquisadoras também sugerem que o conceito de identidade, por ser uma questão complexa, deve ser abordado por diferentes teorias que funcionem como complementares para uma compreensão mais ampla de suas inter-relações nas diferentes áreas de conhecimento. Visando a elaboração de uma teoria que contemple diferentes pressupostos sobre a questão das identidades, Bucholtz e Hall (2005, p. 585-614) apresentam um modelo para a análise das construções identitárias que compreende cinco princípios: **emergência**, **posicionalidade**, **indexicalidade**, **relacionalidade** e as **táticas de intersubjetividade**, e **parcialidade**. Esse modelo teórico é baseado, segundo as próprias autoras, nos construtos de diferentes autores e áreas de estudo.

De acordo com o princípio da **emergência**, a identidade não é considerada uma fonte pré-existente de práticas semióticas e linguísticas. A identidade é vista como um produto emergente originário de um fenômeno cultural e social; isto é, as identidades emergem em alguma forma de discurso.

O princípio da **posicionalidade** desafia uma visão de identidade que é mais comum nas ciências sociais quantitativas que correlacionam o comportamento às categorias de idade, gênero e classe social. Entretanto, Bucholtz e Hall (2003, p. 369-394; 2005, p. 585-614) ampliam esse conceito, argumentando que a identidade abrange os seguintes aspectos: categorias demográficas de nível macro; posições culturais etnográficas e locais; e papéis de participantes (ouvinte atento, avaliador, contador de piadas) e posicionamentos específicos, compreendidos como temporários e interacionais.

Em relação à **indexicalidade**, as autoras explicam que este princípio refere-se às relações que emergem na interação através dos processos de indexação. Esses processos abrangem as menções públicas de rótulos e categorias identitárias; as pressuposições e implicações que compreendem as posições identitárias de si e de outros; as orientações avaliativas e epistêmicas reveladas durante a interação discursiva (assim como os papéis e posicionamentos específicos dos participantes na interação); e ao uso de sistemas e estruturas linguísticas que estão ideologicamente associadas a outros.

Por sua vez, o princípio da **relacionalidade** identifica a identidade como construída intersubjetivamente através de várias relações complementares que frequentemente se sobrepõem. Essas relações são conhecidas como **táticas de intersubjetividade**. As táticas de intersubjetividade dividem-se em três processos distintos. O primeiro deles, chamado de **adequação/distinção**, refere-se aos meios através dos quais os falantes constroem similaridade e diferença. Para que indivíduos sejam incluídos ou não em determinado grupo, eles não precisam apresentar uma identificação total; isto é, a observação de alguma similaridade pode ser suficiente para definir o pertencimento a um determinado grupo, de acordo com o propósito interacional do momento. Nesse caso, as diferenças são minimizadas. O segundo processo, **autenticação/desnaturalização**, corresponde aos modos que permitem aos falantes construir genuinidade/artificialidade. O foco é na autenticação como processo social construído no discurso, e não é na autenticidade. A autenticação é o processo através do qual a identidade é

verificada (autenticada) discursivamente. Por outro lado, a desnaturalização é o processo através do qual a artificialidade da identidade é construída discursivamente. O terceiro processo, a **autorização/ilegitimação**, diz respeito às maneiras através das quais os falantes constroem autoridade/ilegitimação. A autorização considera a afirmação ou imposição de uma identidade através de estruturas institucionalizadas de poder/ideologia. Todavia, a ilegitimação relaciona-se ao modo como as identidades são censuradas ou ignoradas por estruturas de poder/ideologia.

Finalmente, a **parcialidade** relaciona-se ao fato de que a construção de identidade pode ser deliberada e intencional, ou habitual e desse modo menos consciente, em parte produto da negociação e contestação interacional, também resultado das percepções e representações de outros, e em parte um efeito dos processos ideológicos e estruturas materiais que podem apresentar relevância para a interação. Tais aspectos estão em constantes mudanças, tanto no processo de desdobramento da interação, quanto através dos contextos discursivos. Em suma, a identidade é uma prática discursiva sempre parcial porque é construída intersubjetivamente e emerge segundo o discurso que se encontra em constante negociação.

A relevância do discurso como construto central na investigação do processo identitário nos remete ao pressuposto de que “o significado é construído pela ação em conjunto de participantes discursivos em práticas discursivas” (Moita Lopes, 2001, p. 57-58). Conseqüentemente, o estudo das práticas interacionais, *locus* onde a vida sociocultural está em construção, torna-se imprescindível. Portanto, veremos a seguir aspectos da sociolinguística interacional que contribuirão para a presente pesquisa sobre construção de identidades.

3.2.

Identities em interação: negociação e apresentação social

A Sociolinguística Interacional investiga a fala-em-interação, ou seja, o processo de comunicação que é construído, face a face, pelos participantes durante a interação. Os sociolinguistas interpretativos, que vêem os momentos de interação face a face como “cenários de construções do significado social e da

experiência, passíveis de análise e de interesse sociológico e linguístico”, fazem a seguinte pergunta em relação a essa interação: “O que está acontecendo aqui e agora nesta situação de uso da linguagem?” (Ribeiro e Garcez, 2002, p. 7). Essas construções interativas acontecem gradativamente, de acordo com a tomada de turnos entre os interlocutores, falantes e ouvintes, que estão:

(...) a todo momento introduzindo ou sustentando mensagens que organizam o encontro social, mensagens essas que orientam a conduta dos participantes e atribuem significado à atividade em desenvolvimento ao mesmo tempo que ratificam ou contestam os significados atribuídos pelos demais participantes (Ribeiro e Garcez, 2002, p. 7).

No presente trabalho, entendo que a identidade, fenômeno sociocultural, é moldada de momento a momento durante a interação e que ela emerge no discurso através de papéis e orientações temporários que são assumidos pelos participantes (Bucholtz e Hall, 2003, 2005). Uma das formas para analisar o modo como co-construímos as identidades ocorre através da análise da construção do *self*, sendo que uma das ferramentas para essa análise relaciona-se a conceitos da Sociolinguística Interacional como as noções de enquadre ou *frame* (Goffman, 1974), esquemas de conhecimento (Tannen e Wallerstein ([1987] 2002), alinhamento ou *footing* (Goffman, [1979] 2002) e *face* (Goffman [1967] 2011).

O conceito de *footing* foi introduzido por Goffman ([1979] 2002) como um desdobramento do conceito de enquadre ou *frame* (Goffman, 1974). Pautada na análise das mudanças de *footing*, objetivo investigar como os participantes da pesquisa negociam interacionalmente as identidades do professor coordenador de inglês e como a própria professora coordenadora de inglês constrói suas identidades através do seu discurso. Através da noção de *face* (Goffman [1967] 2011), vinculo a investigação do processo identitário à compreensão da natureza cooperativa e dinâmica da apresentação social dos indivíduos, isto é, aos atributos sociais positivos que uma pessoa reivindica para si no curso de interações sociais (Goffman [1967] 2011). A concepção de esquemas de conhecimento (Tannen e Wallerstein [1987] 2002), que complementa a noção de enquadre, será importante neste estudo para analisar as avaliações não linguísticas, como o riso, realizadas durante a interação (cf. cap. 6, subseção 6.1.3, p. 107 e subseção 6.4.1, p. 150).

Lembro que esta pesquisa, além de adotar construtos teóricos da Sociolinguística Interacional, localiza-se também no Socioconstrucionismo, pois

seu foco é a relação entre a interpretação do uso da linguagem e do contexto interacional na construção dos significados sociais e linguísticos, com vistas a investigação do processo identitário, através do enfoque na avaliação. Nas próximas subseções, prossigo definindo os conceitos citados e explicitando sua importância para esta pesquisa.

3.2.1.

Enquadres, esquemas e *footings*: construindo e entendendo o *self*

O conceito de enquadre ou *frame* (Goffman, 1974) foi introduzido por Gregory Bateson e, posteriormente, desenvolvido por Goffman (Ribeiro e Garcez, 2002, p. 107). Para Goffman ([1974] 2002, p. 107), o enquadre “situa a metagem contida em todo o enunciado, sinalizando o que dizemos ou fazemos, ou como interpretamos o que é dito e feito”. Desse modo, o enquadre é um conjunto de instruções que orientam os participantes de uma determinada interação a respeito do modo como as mensagens devem ser interpretadas dentro do contexto sociocultural em questão. Nos encontros face a face, os participantes estão permanentemente propondo ou mantendo enquadres, que organizam e orientam o discurso, o que caracteriza a dinamicidade da fala em interação, fato que pode ser observado nesta pesquisa em momentos de narrativa, por exemplo (cf. cap. 6, subseção 6.2.2.2, p. 128).

Os enquadres podem ser comparados a molduras, do inglês *frames*, que colocamos nas situações comunicativas no intuito de definirmos o que vemos ou o que entendemos dessas situações sociais. Essa espécie de moldura fornece definições tanto da situação em si, que pode ser “um casamento” ou “uma reunião de negócios”, por exemplo, bem como de aspectos específicos da situação em questão: “O noivo está beijando a noiva” ou “O presidente reclamou da pauta da reunião”.

Tannen e Wallerstein ([1987] 2002) trouxeram sua contribuição para a Sociolinguística Interacional ao diferenciarem as concepções de enquadre interativo e esquemas de conhecimento. A noção interativa de enquadre, cuja natureza é social e antropológica, relaciona-se à “definição do que está acontecendo em uma interação, sem a qual nenhuma elocução (ou movimento ou gesto) poderia ser interpretado” (op. cit., p. 188), e à percepção de qual atividade

está sendo encenada, de qual sentido os falantes dão ao que dizem” (op. cit., p. 189). Já o conceito de esquema de conhecimento, cujo enfoque é o aspecto cognitivo, refere-se “às expectativas dos participantes acerca das pessoas, objetos, eventos e cenários no mundo” (op. cit., p. 189). Para as autoras (op. cit., p. 190), “a única maneira de alguém compreender qualquer discurso é através do preenchimento de informações não proferidas, decorrente do conhecimento de experiências anteriores no mundo”. Tomando emprestado um exemplo de (Fillmore, 1976), as autoras (op. cit., p. 190) evidenciam tal concepção a partir da diferença entre as noções de “chegar em terra firme” e “tocar o solo”. Essas expressões só podem ser entendidas se houver conhecimento a respeito das ações associadas com viagens marítimas e aéreas, respectivamente. Os conceitos de enquadre interativo e esquema de conhecimento são, portanto, complementares e relevantes para este estudo, pois devido ao fato de os participantes da pesquisa serem colegas de trabalho há alguns anos, algumas de suas reações e opiniões podem não parecer explícitas, sendo necessário recorrer aos esquemas de conhecimento para o entendimento do que está acontecendo na situação em questão.

As características do *footing* colaboram para o estabelecimento do enquadre da situação comunicativa e, conseqüentemente, para o modo como entendemos o que acontece na interação. O conceito de alinhamento ou *footing* está relacionado à dinamicidade dos papéis assumidos pelos participantes na interação, isto é, as diferentes posições em relação àquilo que é dito ou feito em um encontro interacional. Goffman ([1979] 2002 p.107) define *footing* como “o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção”. Para Goffman, o *footing* é uma mudança de postura do *self* na sua relação consigo mesmo e com o outro, bem como com a produção e a recepção das elocuições, ou seja, com o que está sendo dito.

Essas mudanças de alinhamento podem ser sinalizadas por pistas (Gumperz, 1982) que podem ser de natureza linguística, paralinguística (pausas, tom e ritmo de fala), e não verbal (gestos, posturas corporais). Portanto, mesmo que as intenções comunicativas dos falantes e ouvintes não estejam expressas de forma explícita na interação, através dessas pistas, os participantes da interação podem avaliar tais intenções. As mudanças de *footing* também ocorrem através de

papéis sociais, como a fala da professora ou da coordenadora, e de papéis discursivos, como o papel do entrevistador ou do entrevistado. Além disso, assim como as mudanças de alinhamento podem sinalizar a emergência discursiva de (sub)identidades, as diferentes (sub)identidades emergentes na interação, por conferirem dinamicidade ao processo identitário, também poderiam acionar as mudanças de alinhamento dos participantes (cf. cap. 6, subseção 6.2.2, p. 126).

É possível observar o conceito de *footing* na dinâmica interacional da narrativa. Nessa interação, a pessoa que conta a história se alinha como narrador, fazendo uso, tipicamente, de turnos mais longos, enquanto que seus interlocutores ratificam o *status* de ouvintes ao manifestarem atenção à história e ao formularem, em seus turnos, respostas de acompanhamento (“mm” e “ahm ram”, por exemplo), pedidos de esclarecimentos ou comentários (Bastos, 2005). Além disso, em uma narrativa, o narrador pode colocar-se como personagem da sua própria história, do seu próprio discurso, e ocupar uma outra posição social como forma de conceder autoridade a sua fala e ratificar sua identidade (Bucholtz e Hall, 2003, 2005). Conforme aponta Goffman ([1979] 2002, p. 137):

(...) quando tais elocuições são ouvidas, elas são ouvidas também como vindas de um indivíduo que não apenas anima as palavras, mas ocupa ativamente uma qualificação social determinada, sendo essa qualificação o que confere autoridade às palavras.

As modificações de *footing* também podem sinalizar mudanças de posições presentes ou passadas quando o participante deseja mostrar um posicionamento diferente daquele que tinha anteriormente. Este posicionamento é evidenciado no discurso de um dos participantes desta pesquisa quando o mesmo aborda o seu desligamento da função de coordenador (cf. subseção 6.1.3, p. 107). Isso é possível através do deslocamento discursivo no tempo e no espaço. Goffman ([1979] 2002, p. 138-139) explica esse aspecto citando Hockett (1963, p. 11):

(...) torna-se possível o deslocamento irrestrito no tempo e espaço, de tal modo que nossa referência pode ser ao que fizemos, quisemos, pensamos etc., em algum ponto distante no tempo ou espaço quando também ocupávamos uma capacidade social da qual não podemos mais desfrutar no presente e uma identidade que não mais sustentamos. (...) se acontecer de estarmos narrando uma história ou algo acontecido há muitos anos, quando éramos um tipo de pessoa que não somos mais, então o “eu” em “Eu disse, feche a janela” está ligado a nós – a pessoa presente – meramente através da continuidade biográfica,

algo sobre o que se pode compreender muito ou pouco, e nada mais do que isso. Em tal caso, pode-se dizer que dois animadores estão envolvidos: o que está fisicamente animando os sons que são ouvidos e um animador encaixado, uma figura inserida em uma afirmação e cuja presença se dá somente no universo sobre o qual se está falando, não no universo no qual a narração em curso acontece.

Outro exemplo de mudança de *footing* ocorre quando mudamos o relato de nossos sentimentos atuais, os sentimentos do “eu remetente”, para sentimentos que não temos mais (Goffman, [1979] 2002, p. 142), ou ainda, quando utilizamos o relato do que o outro disse. Desse modo,

(...) ao usar a segunda ou terceira pessoa em lugar da primeira, podemos contar o que uma outra pessoa disse, alguém presente ou ausente, humano ou mítico. Podemos encaixar um falante completamente diferente no corpo da nossa elocução (Goffman, [1979] 2002, p. 139).

Podemos concluir que a utilização do relato do outro pode servir, entre outras razões, para o falante fazer menção a fatos lisonjeiros sobre si mesmo sem colocar em risco a sua imagem pública do “eu”, ou seja, como forma de proteção da própria *face* (Goffman [1967] 2011). Veremos que neste estudo os participantes trazem as vozes de outros em suas narrativas com o propósito de salvaguardar a *face* (cf. subseção 6.1.1, p. 101), conceito que será discutido na subseção a seguir.

3.2.2.

Face: elemento do evento de fala

Goffman ([1967] 2011, p. 13) define o conceito de *face* como uma imagem pública do “eu” (“*self*”) marcada por atributos sociais aprovados. Dessa forma, o termo *face*, envolveria tanto o significado denotado; isto é, a aparência, o aspecto externo, como o sentido conotado de dignidade, autorrespeito, prestígio. Esse duplo sentido pode ser verificado na terminologia usada pelo autor em *salvar a face*, ou seja, salvar as aparências; e em *perder a face*, ou seja, perder o prestígio, ficar desacreditado. O conceito de *face* é construído pelo indivíduo. Uma vez estabelecida uma *face*, o indivíduo assume um compromisso com aquela imagem, pois será esperada uma atuação condizente com a expectativa criada.

De acordo com o autor (op. cit. [1967] 2011), cada indivíduo está imbuído de uma *face*, ou seja, um valor social positivo que cada indivíduo requisita para si enquanto em interação face a face com outros indivíduos. Essencialmente, em suas interações, o ser humano tende a agir segundo uma determinada linha de conduta, isto é, um padrão de comportamento verbal e não-verbal através do qual ele expressa sua definição da situação e, através desta, seu julgamento sobre o comportamento dos outros participantes e, especialmente, sobre o seu próprio (Goffman, [1967] 2011, p. 13). Por isso, dizemos que uma pessoa *está na face errada* quando, de alguma forma, “trazemos alguma informação sobre seu valor social que não pode ser integrada, mesmo com esforço, com a linha que está sendo mantida para ela” (op. cit., p. 16). Da mesma forma, dizemos que uma pessoa *está fora da face* quando ela “participa de um contato com outros sem ter uma linha pronta do tipo que esperamos que participantes de tais situações tenham (op. cit., p. 16).

Ao descrever a função social que as *faces* dos falantes executam, o autor aponta para o fato de que a natureza humana e suas interações estão relacionadas às regras morais de uma dada sociedade. Em outras palavras, o uso da *face* diz respeito às ações realizadas por uma pessoa para tornar o que esteja fazendo consistente com a *face*, seja ela assumida em práticas defensivas, quando protegendo ou salvando a própria *face*; ou protecionistas, quando protegendo a *face* de outro (Goffman, [1967] 2011, p. 20-30). Afinal, na relação social, espera-se que o indivíduo também tenha consideração com os outros e que para isso empenhe-se em salvar e proteger a *face* alheia. Por isso, faz parte da interação social cordial aceitar/respeitar a opinião expressa pelo outro participante mesmo que não se concorde com ela.

Segundo Goffman ([1967] 2011, p.20), as ações através das quais uma pessoa é capaz de tornar qualquer coisa que esteja fazendo consistente com a *face* denomina-se trabalhos de *face* ou elaboração da *face*, havendo dois processos básicos para essas ações: o processo de evitação e o corretivo (op. cit., p. 22-30). O processo de evitação é a maneira mais segura de se prevenir ameaças à própria *face* esquivando-se de contatos nos quais exista a possibilidade de tais ameaças ocorrerem. Por exemplo, o falante pode manter-se afastado de assuntos e atividades que poderiam levar a informações inconsistentes com a linha seguida. Ainda como medida de proteção, o falante pode deixar de expor fatos que

poderiam contradizer as reivindicações positivas feitas por outros ou fazer ligeiras modificações na opinião ou avaliação dos outros. No processo corretivo, os participantes tendem a dar à ameaça ocorrida o *status* de incidente, para ratificá-la como uma ameaça que merece atenção direta, e tentar corrigir seus efeitos. A extensão e a intensidade do esforço corretivo são adaptadas à persistência e intensidade da ameaça.

Entretanto, um evento comunicativo pode tornar-se não uma cena de consideração mútua das *faces*, mas uma competição cujo objetivo é marcar o maior número possível de pontos contra o adversário e fazer o maior número de pontos para si mesmo. Tal situação pode ocorrer quando um dos participantes da interação faz menção a fatos lisonjeiros sobre si mesmo e a fatos desfavoráveis sobre os outros. Este caso é um exemplo de interação agressiva, onde o vencedor demonstra que consegue lidar consigo mesmo melhor que seus adversários. Goffman ([1967] 2011, p. 30-31) chamou esta situação do uso agressivo da preservação da *face* de “ganhar pontos”, ou seja, é o uso agressivo da elaboração facial. Para Goffman (op. cit., p. 31), a escolha da elaboração de *face* apropriada é essencial.

A presente pesquisa embasa-se no conceito de *face* do sociólogo Goffman ([1967] 2011) para mostrar como as ações de elaboração das *faces* podem contribuir para evitar o insucesso na interação entre indivíduos. Entretanto, é pertinente ressaltar que a função central da análise e discussão desta pesquisa não é o aprofundamento de questões relativas ao conceito de *face*, mas apenas pontuar e refletir brevemente sobre este aspecto presente na entrevista enquanto “evento de fala” (Mishler, 1986).

Definidos os construtos identitários que norteiam esta pesquisa e os elementos que constituem o processo de comunicação construído face a face durante a interação, discuto no próximo capítulo os aspectos que caracterizam a prática discursiva como *locus* para a construção de identidades bem como os conceitos de avaliação, ferramenta que auxilia na investigação do processo identitário.